

**A (des)ordem da polêmica na mídia:  
o caso da pílula do câncer**

***The (dis)order of polemics in the media:  
the case of the cancer pill***

Roberto Leiser Baronas

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Leedim/CNPq), São Carlos, São Paulo,  
Brasil

baronas@ufscar.br

Jorcemara Matos Cardoso

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/PPGL), São Carlos, São Paulo, Brasil  
jorcemara.matoscardoso@gmail.com

**Resumo:** Em seu último livro *Apologie de la polémique*, publicado em 2014 pela Presses Universitaires de France – PUF, Ruth Amossy nos chama a atenção para o fato de que, no momento atual, é possível constatar que os conflitos de opinião e seus desdobramentos, geralmente violentos, ocupam um lugar de bastante destaque na cena política. Nesse sentido, as mídias de uma maneira em geral, com base no argumento do interesse público, não cessam de orquestrar e de difundir polêmicas das mais variadas naturezas. Para comprovar tal asserção, basta dar uma espiada, sobretudo nos grandes jornais e revistas brasileiros e/ou estrangeiros, para ver que as menções às polêmicas pululam. No entanto, por meio de comentários nos mais diversos dispositivos midiáticos, distintos sujeitos, inscritos em diferentes posicionamentos ideológicos, têm criticado de maneira contundente essa *polemização* midiática. Diante desse fenômeno discursivo, do mirante dos estudos discursivos, nossa questão é tentar responder: por qual razão, mesmo sendo tão criticada

pelos mais distintos atores sociais, a polêmica, ocupando um lugar bastante privilegiado nas mídias em geral – fenômeno que se acirra no momento atual, mas que já vem de longa data – insiste em se manter viva no espaço público? Para dar conta dessa problemática, tomamos a polêmica midiática envolvendo a liberação, por parte da presidente Dilma Rousseff, do uso da Fosfoetanolamina (pílula do câncer), produzida desde os anos 1990 pelo Instituto de Química da USP-São Carlos e frequentamos um extenso conjunto de matérias publicadas em 2016 acerca dessa temática, em diversos dispositivos midiáticos brasileiros.

**Palavras-chave:** discurso; mídia; polêmica.

**Abstract:** In her latest book, *Apologie de la polémique*, published in 2014 by Presses Universitaires de France – PUF, Ruth Amossy draws our attention to the fact that at the present time it is clear that conflicts of opinion and their developments, often violent, occupy a prominent place in the political scene. In this sense, the media, in a general manner, based on public interest, do not cease to orchestrate and spread polemics of various natures. To prove this assertion, we just have to take a look, especially at major Brazilian and foreign newspapers and magazines, to see that the references to polemics abound. However, through comments in various media devices, different individuals enrolled in different ideological positions, have criticized the forceful way that the media build controversies. Facing this discursive phenomenon, from the viewpoint of discursive studies, our issue is to try to answer the question: for what reason, even being so criticized by the most distinguished social actors, the polemic, occupying a very privileged place in the media in general – a phenomenon that intensifies at the moment, but that comes from a long time – insists on staying alive in the public space? To handle this problem, we take the media polemics surrounding the release, by President Dilma Rousseff, for the use of Phosphoethanolamine (cancer pill), produced since the years 1990 by the Chemical Institute of USP-São Carlos. We consider an extensive set of articles published in 2016 on this subject in several Brazilian media outlets.

**Keywords:** discourse; media; polemics.

Recebido em 24 de agosto de 2016.

Aprovado em 20 de outubro de 2016.

“Como se o passado [a polêmica midiática]  
nevasse [ininterruptamente] sobre nós”

Regine Robin, 2016.

## 1 Para um efeito de início

À luz dos estudos discursivos, propomos pensar, neste trabalho, por que, mesmo em uma época em que a polêmica midiática é tão criticada, vemos esse fenômeno se manter cada vez mais vivo no espaço público, a ponto de construir, sobre esse jogo de confronto de posições discursivas, uma ambivalência: se, de um lado, temos um aparente confronto de vozes discursivas, cada uma reivindicando para si o poder de se legitimar, o que poderia ser associado como algo próprio da estrutura democrática – a heterogeneidade e a profusão de vozes nos espaços públicos; por outro, vemos que essa aparente heterogeneidade constrói uma homogeneização do Outro, falando por ele e moldando-o no seu próprio discurso, construindo-o como simulacro. Ao observarmos essa ambivalência ante a polemização dos discursos, objetivamos discutir, neste artigo, como a polemização da ciência na mídia diz o discurso acerca da fosfoetanolamina e, por extensão, o discurso científico, engendrado no espaço acadêmico brasileiro. Não é nosso intuito tomar uma posição dizendo quem estaria certo ou errado<sup>1</sup> no sentido legal ou da ética médica, uma vez que nossa expertise se inscreve no campo discursivo.

Para tanto, analisamos um conjunto de reportagens retiradas de algumas das principais mídias de circulação brasileira, como *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *Uol Notícias*, *El País*, *GI.com*, *Isto é*, *Veja*, *BBC-Brasil*, assim como outras mídias em que vemos a tomada de outra posição e circulação de sentidos sobre a fosfoetanolamina sintética como: *Diário Catarinense*<sup>2</sup> e *Correio Braziliense*. Nessas reportagens, verificamos principalmente duas posições que fazem brotar e irrigam a polêmica, produzindo acontecimentos discursivos distintos para denominar o

---

<sup>1</sup> Como será mencionado em diferentes pontos deste texto, não é nosso objetivo defender a eficiência e/ou a eficácia da fosfoetanolamina para o tratamento da neoplasia maligna. Enquanto discursivistas, não temos formação específica e, portanto, competência para dar conta deste empreendimento.

<sup>2</sup> Mídia *online* que acompanhou o caso do professor Dr. Gilberto Chierice antes mesmo de “explodir” o caso em 2015. Nesse mídiu podemos ver, por exemplo, mais espaço destinado à voz do pesquisador químico da USP – São Carlos do que em outras mídias.

composto químico, ora como fosfoetanolamina, ora como “pílula do câncer” e até como “pílula do barulho”. Elegemos discursivamente, pois, para análise, reportagens nas quais buscamos rastrear o percurso do funcionamento desse jogo argumentativo (AMOSSY, 2014) e discursivo. Com efeito, lançamos mão dos trabalhos de Ruth Amossy (2014), no que tange à discussão da polêmica como modalidade argumentativa; Dominique Maingueneau (2008), no tocante ao conceito de simulacro; e Marie-Anne Paveau (2015), para tratar de memória e desmemória discursiva. Todos esses autores, embora se inscrevam epistemologicamente em abordagens discursivas distintas, têm como empreendimento intelectual comum dar conta dos processos discursivos que suscitam a adesão dos destinatários a uma certa ideologia.

## **2 Instantaneidade da notícia - a polemização do discurso**

A evolução tecnológica dos sistemas midiáticos parece finalmente propor uma solução para uma questão física: a possibilidade de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Sem sair de onde estamos, seja pela tela de um monitor, *smartphone*, *tablet* conectado à internet, seja por um receptor digital ou analógico de TV, ou ainda apenas pelas ondas de rádio, temos acesso a todas essas formas, quase instantâneas, de gerar informação e entretenimento, o que nos abre janelas para o mundo, um mundo apresentado não como a coisa em si, mas enquanto um efeito dessa realidade sempre (re)construída.

Para Debord (1997), o século XX passou por uma espécie de espetacularização das coisas, desdobrando-se de tal forma como num espelho que já não sabemos mais o que é reflexo e o que é real. As imagens se desligam de cada aspecto da vida, não como uma realidade à parte, mas como se com ela se tornasse uma lava vulcânica, que passa de um estado líquido para a total solidificação, tomando um novo rumo. Nesse sentido, quando direcionamos o foco para a mídia, as notícias são postas não como efeito, leitura ou interpretação do real, mas como o próprio real.

Ao trazer para análise o discurso midiático acerca do discurso científico, vemos que essa espetacularização também adentra a construção da notícia, mas não sem um elemento que nos parece nodal – a polêmica, termo esse que tem sido trabalhado, com preocupações distintas, por diversos analistas do discurso, ainda que alguns autores não usem propriamente o termo polêmica, mas tragam as questões do embate e do litígio imbricados na própria constituição dos discursos.

Numa perspectiva foucaultiana, o confronto é próprio do exercício de poder, o qual se aproxima daquilo que podemos chamar de regime de guerra. Nesse sentido, seria próprio do discurso um duplo movimento: controlar o dizer, ao mesmo tempo em que o incita. No livro, *Em defesa da sociedade*, Foucault toma o enunciado de Clausewitz – “A guerra é a continuação da política por outros meios”, e propõe uma reestruturação desse aforisma – “A política é a guerra continuada por outros meios” (1999, p.22). Essa retomada foucaultiana se dá para mostrar três coisas: as relações de poder têm ancoragem nas relações de força em determinado momento histórico, e, se é verdade que o poder político é capaz de parar uma guerra, ele o faz não como meio de estabilização, mas para perpetuar essa relação de força e reinseri-la nas instituições, na linguagem, nos corpos. Em segundo lugar, podemos perceber que, no interior dessa aparente calma, as lutas políticas em busca do poder, com o poder, pelo poder, podem modificar essas relações de força. Em outras palavras, essa brecha criada pelo que é próprio da guerra deixa aberto o confronto e possibilita condições de acentuações e reviravoltas. A partir disso, uma terceira forma de significar esse aforisma mostra-nos que o político seria a própria batalha, o exercício do poder como uma guerra continuada. Destarte, o espaço discursivo teria como referência o modelo das lutas, das estratégias, das táticas, um poder que gera resistência e que almeja ser poder *ad continuum*.

No campo midiático, essas relações de poder ajudam-nos a compreender, por exemplo, a possibilidade de irrupção de vozes marginalizadas ocupando supostamente os mesmos espaços historicamente concedidos a discursos opressores e vice-versa. Apesar de os estudos foucaultianos serem uma excelente lupa para ampliar a compreensão de nossos objetos, parece-nos que abordar a polêmica, hoje, no campo midiático, leva-nos a questionar não necessariamente o confronto das relações de poder e força dos discursos que ali se apresentam, mas, para além ou aquém disso, parece pertinente observar a proporção com que os discursos polêmicos se apresentam na mídia e como eles deixam cair por terra a utopia do consenso, mostrando-nos, ao contrário, a valoração do dissenso e de um tipo particular de dissenso que hierarquiza as vozes que põe a circular, colocando-as em estatutos muito distintos.

Os últimos trabalhos de Ruth Amossy, que transitam num *carrefour* discursivo entre a análise do discurso e a teoria da argumentação, vão nessa direção. Resultado de uma pesquisa realizada pelo seu grupo de

pesquisa “Analyse du discours, Argumentation & Rhétorique” (ADARR), o livro de Amossy, intitulado *Apologie de la polémique* (2014), traz importantes reflexões acerca do funcionamento da polêmica no espaço democrático, mostrando que, por trás de uma aparente desordem da polêmica, é possível constatar um aspecto funcional que a enquadra, a regula e a põe a funcionar. Para a autora, é preciso que seja reconhecida a complexidade das opiniões e das divisões sociais, uma vez que

le dissensos est sans doute le mouler incontesté de la démocratie. Mais la rhétorique pose la nécessité de trouver, à travers l'échange verbal, une réponse commune qui permette de dépasser les différends et de pavernirs à la décision et l'action collectives.<sup>3</sup> (AMOSSY, 2014, p.19).

Vemos que, diferentemente de priorizar o consenso entre as vozes, Amossy nos leva a refletir sobre a importância do *dissensus* no contexto democrático, principalmente nos espaços públicos.<sup>4</sup> Esse fenômeno coloca uma questão: como permitir que todas as vozes façam-se ouvir sem que sejam hierarquizadas e, conseqüentemente, apagadas na dissidência? À medida que avança nas discussões, a autora compreende a polêmica como algo necessário e que deveria ser pensado como próprio da estrutura da democracia, pois ela “offre un moyen de coexistence qui assure un vivre-ensemble”<sup>5</sup> (Ibidem, p.215).

Dessa forma, a polêmica no espaço público, sempre em torno de uma questão atual, não poderia ser tomada como um ônus para o funcionamento democrático. Seria necessário vê-la como uma modalidade argumentativa sobre a qual, tendo como elemento constitutivo a oposição, ter-se-ia que desenvolver uma retórica do *dissensus*; o confronto polêmico deixaria de ser visto como problema e passaria a ser percebido como o poderoso motor da gestão dos conflitos. Essa modalidade argumentativa,

<sup>3</sup> [...] o *dissensus* é sem dúvida o motor incontestado da democracia. Mas a retórica coloca a necessidade de encontrar, através da troca verbal, uma resposta comum que permita superar as disputas e chegar à decisão e à ação coletivas. (Tradução nossa).

<sup>4</sup> Espaço público, entendido pela autora, com base nas reflexões de Habermas, para quem o espaço público seria local de discussões racionais, no qual os cidadãos chegariam ao acordo, após uma troca discursiva.

<sup>5</sup> [...] proporciona um meio de coexistência que assegura um viver em conjunto. (Tradução nossa).

enquanto retórica do *dissensus*, ajuda-nos a ver a polêmica não como um emaranhado de opiniões conflitantes, mas sim como tendo uma determinada ordem, uma regularidade no aparente caos. Três movimentos constituiriam essa modalidade: a *dicotomização* – espaço de confronto de opiniões, uma querendo excluir a outra; a *polarização ou divisão social* – ligada à identidade que interpela o sujeito a se posicionar diante do debate, não só como concordante ou opositor, mas mobilizador a favor da tese que o reforça; e a *desqualificação do outro* – ancorada, de certa forma nos dois primeiros, resulta na depreciação, no rebaixamento e, frequentemente, no aniquilamento do outro.

Tão importante quanto entender esses elementos que constituem a polêmica como modalidade discursiva, é diferenciar *polêmica*, *discurso polêmico* e *interação polêmica*. A primeira é o conjunto de discursos antagônicos sobre um tema em um momento específico, é o acontecimento midiático; a segunda define a produção discursiva de cada uma dessas partes antagônicas, remetendo-nos ao interdiscurso; a interação polêmica, por fim, seria o confronto em si, presencial ou não, em que o outro é trazido para a ele se dirigir, é dialogal. É por intermédio dessas duas últimas que funções importantes são realizadas, tais como: a denúncia, o protesto, a chamada à ação e o entretenimento. Em relação à paixão, à razão e à violência verbal nesses espaços, a autora francesa verifica que, contrariamente a uma possível ligação desses sentimentos ao descontrole, há uma regulação deles a depender do gênero discursivo no qual se manifestam.

Podemos dizer que a contribuição da pesquisadora da Universidade de Tel Aviv mostra-se extremamente relevante para os estudos da polêmica no espaço público cerceado pela mídia, a qual, por sua vez, alimenta-se desse jogo para forjar e fazer circular, de forma latente, as mais diversas polêmicas, colocando-as como elemento vital do interesse público. Diante de todas essas considerações, pode parecer que Amossy faz, de fato, assim com o título de sua obra, uma apologia da polêmica, mas essa apologia não pode ser entendida como uma guerra nos corpos, como ela própria diz:

L'argument ad hominem a le droit de mettre en question la crédibilité de l'autre et de le terrasser symboliquement. Mais il ne peut servir de passerelle à une action qui inscrit la violence dans le corps, ou coeur du vécu. La véritable illégitimité éthique, qui est la suprême trahison du logos, est la transformation de la violence fonctionnelle, qui

est de l'ordre du discours, en violence réelle<sup>6</sup> (Ibidem, p. 203-204).

Vemos que a autora propõe, epistemologicamente, construir um novo canteiro de trabalho para uma questão que tem assolado os espaços de discussão pública e nos mostra que aquilo que poderia parecer sem regulação ou desconectado na argumentação e no discurso, ao contrário, é bastante regular e tem uma ordem. No entanto, uma ordem distinta daquela proposta por Michel Foucault em sua aula inaugural no Colégio de França, em 1971,<sup>7</sup> pois quando Amossy traz as questões sobre a

---

<sup>6</sup> O argumento *ad hominem* tem o direito de questionar a credibilidade do outro e de combatê-lo simbolicamente. Mas ele não pode servir de passarela para uma ação que inscreve a violência no corpo ou no coração de quem vive. A verdadeira ilegitimidade ética, que é a traição suprema do *logos*, é a transformação da violência funcional, que é da ordem do discurso, em violência real. (Tradução nossa).

<sup>7</sup> Michel Foucault propõe que, em toda a sociedade, a produção dos mais variados tipos de discurso “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2000, p.10). O autor francês assevera a existência de diversos sistemas de exclusão que atingem radicalmente os discursos. Alguns desses procedimentos são de natureza externa: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade. Esses sistemas de exclusão externa opõem, em um jogo incessante, o poder e o desejo. Os outros procedimentos são de natureza mais interna, visto que são os próprios discursos que exercem seu próprio (auto)controle, funcionando a “título de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e a do acaso” (Ibidem, p.11). Dentre os procedimentos internos de exclusão dos discursos estão: o comentário, a disciplina e o autor. O filósofo francês crê ainda na existência de “um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Nesse caso, não se trata de dominar os poderes que tais discursos têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento” (Ibidem, p.12), impondo aos indivíduos, que pronunciam os discursos, a inscrição em determinadas regras, de maneira a não permitir que todos possam livremente acessar esses discursos. Trata-se no entendimento de Foucault da rarefação dos sujeitos que falam, uma vez que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Ibidem, p.31). O princípio de rarefação dos sujeitos autorizados a falar tem a ver, segundo Foucault, com o fato de que “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas, enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (Ibidem, p. 32).

*desqualificação do outro* para dentro da modalidade argumentativa da polêmica, ela não está simplesmente retomando o postulado foucaultiano da rarefação dos sujeitos que falam, mas, sobretudo, buscando mostrar que há sujeitos que devem ser necessariamente insignificados para que os outros falem. Se Foucault em sua ordem do discurso prima pela rarefação dos sujeitos que falam, Amossy nos mostra que essa rarefação dos sujeitos vem junto com uma (des)qualificação desses sujeitos. Nesse sentido, entendemos como pertinente propor um diálogo com outro autor que se debruce sobre a questão da polêmica, a partir da noção de simulacro.

Dominique Maingueneau, em seu livro *Gêneses dos discursos* (2008), no capítulo intitulado, “A polêmica como interincompreensão”, inicia os seus postulados acerca do funcionamento polêmico dos discursos da seguinte forma:

Quando o espaço discursivo é considerado como rede de interação semântica, ele define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco. (MAINGUENEAU, 2008, p.99).

Pensar a polêmica como interincompreensão nos insta a observar que os sujeitos do discurso, ao enunciarem ou ao se colocarem como receptores do discurso do Outro, traduziriam os enunciados a partir de sua própria grade semântica. Dizendo de outra forma, nessa “compreensão” enquanto uma forma de constituir e preservar a identidade discursiva do intérprete, não haveria a interação com o Outro sem conflito, porém, “o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói” (MAINGUENEAU, 2008, p.100). Teríamos, quando na posição de tradutor (não de línguas, mas de discursos), um discurso que o autor chama de *discurso-agente* e outro que seria o *discurso-paciente*, aquele que é assim traduzido. Com efeito, não se trata de uma tradução que produz uma paráfrase do discurso do Outro, mas uma paráfrase disfórica desse discurso do Outro. Assim, toda uma região

de sentidos desse discurso do Outro, a formação discursiva da qual esse discurso brota é apagada, silenciada, alçada à condição de insignificação. Essa tradução do discurso paciente pelo discurso agente se dá sempre no âmbito de uma encenação. De acordo com o autor, “um texto não é conjunto de símbolos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2006, p.85).

A cena de enunciação, para o autor francês, constitui-se de: *cena englobante*, que corresponde ao tipo de discurso; *cena genérica*, a qual diz respeito ao gênero do discurso; e a *cenografia*. Assim, “as duas primeiras cenas definem conjuntamente o que poderia ser chamado de **quadro cênico** do texto. É esse quadro que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso” (MAINGUENEAU, 2006, p.87; grifo do original). Já a cenografia é o lugar onde o leitor é confrontado, deslocando-o para produzir sentido, ou seja, por meio de um enlaçamento paradoxal, ela não só é fonte e engendramento do discurso, mas também sua legitimação.

Outro autor que mobilizamos para dar conta de nosso objeto de estudo é Marie-Anne Paveau. A pesquisadora francesa lançou, em 2015, uma importante ferramenta teórico-metodológica para dar conta discursivamente das relações entre linguagem e moral. Trata-se do livro *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Nessa obra, Marie-Anne Paveau busca integrar o parâmetro ético na linguística. Elemento esse embora muito pertinente sempre contornado pelos estudos linguísticos, sobretudo os das escolas estruturalistas. Para tanto, discute, por um lado, a ética do discurso acadêmico: os problemas de deformação das teorias, o roubo de ideias e a requalificação ou atribuição errônea de conceitos; e, por outro, a ética da fala: um dispositivo moral relativamente à língua e aos discursos, pois suas análises pelos mais diversos atores sociais são abundantes em juízos axiológicos que identificam os enunciados bons e ruins. Para dar conta dessas questões éticas, a autora desloca fundamentalmente o conceito de memória discursiva do âmbito dos estudos discursivos materialistas, postulados entre as décadas de 1970 e 1980, sobretudo por Michel Pêcheux e Jean-Jacques Courtine, e o realoca no âmbito da sociocognição:

Em minha perspectiva, a memória cognitivo-discursiva é uma tecnologia discursiva ao mesmo tempo interna (memória humana) e externa (instrumentos linguísticos e discursivos, mas também vestígios materiais da memória no conjunto do ambiente), que constitui um

forte contribuinte para a produção dos discursos. Isso quer dizer que a memória não é apenas uma capacidade do agente falante, mas uma capacidade distribuída nos ambientes: um monumento, um computador, uma inscrição, uma caderneta ou mesmo um objeto sem inscrição constituem memórias externas que vêm sustentar e aumentar a memória humana. Não falo apenas de minhas competências internas, mas também a partir das competências outras sejam elas humanas ou não humanas. (PAVEAU, 2015, p.234-235).

Feita essa breve apresentação dos pressupostos que sustentam teoricamente as nossas análises, falaremos, no próximo tópico, sobre o caso da fosfoetanolamina sintética.

### **3 O caso da “pílula do câncer”**

No início da década de 1990, o pesquisador químico Prof. Dr. Gilberto Orivaldo Chierice,<sup>8</sup> com base nos resultados de suas pesquisas, sintetizou, em laboratório, a fosfoetanolamina, substância que surg(e)ia como uma promessa na cura do câncer. O assunto é de natureza complexa, mas é possível entender um pouco melhor quando comparamos o composto a outras drogas, que já existem no ramo mercadológico de medicamentos contra o câncer. Diferentemente de medicamentos, que matam as células cancerosas por meio de processos invasivos, a fosfoetanolamina atua no organismo como um sinalizador de células diferenciadas (células do câncer, por exemplo), fazendo com que o sistema imunológico as reconheça e as combata. Esse fenômeno acontece pelo fato de essa substância ser análoga ao que o pesquisador da USP-São Carlos chama de fosfolipídios, os quais são constituintes principais das membranas celulares e, produzidos naturalmente pelo ser humano, fortalecendo a base imunológica das pessoas.

O estudo produziu fortes impactos no meio acadêmico e diversos artigos foram publicados em revistas científicas internacionais. Um dos exemplos de publicação relevante na área de pesquisas sobre o câncer é no *British Journal of Cancer*, com fator de impacto de 4.8. Mas é, principalmente, na segunda metade deste século, que o assunto ganha

---

<sup>8</sup>Professor titular-ms-6-RDIDP da Universidade de São Paulo. Aposentado desde 2013.

novos contornos e ampla discussão, devido a um encaminhamento da Universidade de São Paulo, que determinou a paralisação do fornecimento do composto pelo Instituto de Química de São Carlos<sup>9</sup> (IQSC), que o distribuía gratuitamente, via contato direto com o pesquisador responsável, àqueles que comprovassem ter a doença.

A ordem passou a vigorar no dia 10 de junho de 2014. A partir de então, pessoas que quisessem obter a substância, precisavam entrar com ações judiciais, que eram entregues à Procuradoria Geral da USP. A demanda pelas cápsulas de fosfoetanolamina sintética cresceu para além do que o IQSC podia produzir e, no dia 28 de setembro de 2015, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu cerca de 742 liminares que tinham aval para conseguir o composto. Em outubro do mesmo ano, um paciente recorreu ao Supremo Tribunal Federal e ganhou o direito de receber as cápsulas, abrindo novamente as portas para a entrega da fosfoetanolamina.

TENDÊNCIAS/DEBATES

**WILMAR R. D**

## A droga da USP

09/12/2015 © 02h00

Compartilhar

OUVIR O TEXTO

+ Mais opções

Uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo cassou todas as liminares de primeira instância que obrigavam a USP a fornecer fosfoetanolamina a pacientes com câncer.

Trata-se de uma vitória da "diplomacia" da Universidade de São Paulo (USP), e não apenas dos procuradores do Estado, no espaço jurídico, uma vez que a Universidade não descansou até articular as forças políticas necessárias para obter todo respaldo administrativo-burocrático e, agora, jurídico, para sua recusa a atender às ordens judiciais

No campo burocrático, a USP já obtivera a "solidariedade" da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Uma "nota técnica" da Superintendência de Medicamentos e Produtos Biológicos (Sumed) da Anvisa, de fevereiro de 2015, recentemente reforçada pelo Procurador Geral da Justiça em nota a todos os membros do Ministério Público, afirma que "a comercialização, bem como a exposição do produto fosfoetanolamina, estaria (sic) em desacordo ao que prevê a Lei nº. 6.360/76, que em seu artigo 12 assim dispõe: "...nenhum dos produtos de que trata esta Lei. inclusive os importados, poderá ser

PUBLICIDADE

Ad closed by Google

Stop seeing this ad

Ads by Google ⓘ

Figura 1: Artigo do pesquisador Wilmar R. D'Angelis sobre a fosfoetanolamina, publicado na *Folha de S. Paulo*, em 09/12/2015.

<sup>9</sup>Instituto de Química da Universidade de São Paulo, localizado na cidade de São Carlos/SP.

A matéria acima, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 09 de dezembro de 2015,<sup>10</sup> no Caderno Opinião: Tendências/Debates, de autoria do pesquisador do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Prof. Dr. Wilmar R. D'Angelis, mostrando a indignação de um pai ante o falecimento de um filho com câncer, por não poder ter tido acesso à pílula, ilustra bastante bem toda a polêmica gerada em torno da não obrigação da USP de ter de fornecer a fosfoetanolamina a pacientes com câncer.

Todas essas discussões no campo científico e jurídico surgiram, principalmente, em meio à cobrança da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Associação Médica Brasileira (AMB) sobre o não cumprimento das etapas do desenvolvimento de uma droga, antes de ela ser liberada ao público. A visibilidade sobre o assunto cresceu ainda mais, a partir do dia 13 de abril de 2016, quando a então presidente Dilma Rousseff sancionou a lei número 13.269, que autorizava o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna. O projeto havia sido apresentado na Câmara dos Deputados no dia 08 de março do mesmo ano, o que nos leva à conta de mais ou menos um mês entre a apresentação na Câmara e a sanção da lei. Vejamos algumas notícias que trouxeram o tema:

14/04/2016 07h42 - Atualizado em 14/04/2016 16h09

## Fosfoetanolamina: Dilma sanciona lei que libera 'pílula do câncer'

Lei foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira.  
Anvisa via com preocupação liberação sem garantia de eficácia e segurança.

Do G1, em São Paulo



Figura 2: Chamada de notícia do G1.com\_14 de abril de 2016<sup>11</sup>

<sup>10</sup> A íntegra dessa matéria está disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/12/1716437-a-droga-da-usp.shtml>>. Acesso em: jul. 2016.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/04/para-evitar-desgaste-dilma-sanciona-lei-que-libera-pilula-do-cancer.html>>. Acesso em: jul. 2016.



Figura 3: Chamada de notícia da BBC.com\_19 de maio de 2016<sup>12</sup>

Um pouco mais de um mês após a sanção, outro acontecimento alimentou ainda mais essa polêmica. Em 19 de maio, o plenário da Suprema Corte analisou um pedido de liminar da Associação Médica Brasileira (AMB) e decidiu, por 6 votos a 4, suspender a lei que vigorava desde abril. Essa decisão fez com que ocorressem, em diferentes lugares do Brasil, várias manifestações contrárias à decisão do Supremo Tribunal Federal, e, assim como no caso da matéria que trouxemos na figura 1, grupos a favor do composto fizeram as campanhas pró-fosfoetanolamina ganharem visibilidade nas mídias sociais e em manifestações de rua, não apenas com informações sobre a substância e sua importância para o campo de pesquisa medicinal, mas acerca do próprio litígio conjuntural sobre a polêmica (Figura 4). No facebook e outras redes sociais, a campanha *#liberajá* ganhou forte adesão, junto, por exemplo, a outras como *#quetemcancertempresa*.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36328587>>. Acesso em: jul. 2016.



Figura 4: Manifestantes a favor da liberação da fosfoetanolamina sintética no Rio de Janeiro\_reprodução facebook.

Num pequeno levantamento sobre o caso, nas manifestações a favor do composto e discursos que veiculam a ciência via mídia, é possível perceber, nas marcas linguísticas, a espetacularização da polêmica (AMOSSY, 2014). Pois, se nos dois primeiros *posts*, a substância é chamada de fosfoetanolamina sintética, ao aparecer nas chamadas de notícias das mídias que mais circulam nacionalmente, passa a ser designada como “pílula do câncer”. Para além e aquém de uma espécie de designação popular para o nome científico do composto fosfoetanolamina, a expressão “pílula do câncer” nos mostra que existe uma renhida luta pela gestão da memória discursiva dessa substância, isto é, há um desacordo semântico entre os sentidos produzidos para essa substância no âmbito das ciências médicas e os outros sentidos produzidos fora desse campo. Temos aqui um exemplo lapidar do que Marie-Anne Paveau (2015) conceitua como desmemória discursiva:

(...) chamo de desmemória discursiva um conjunto de fenômenos de discurso que possibilitam a revisão das linhagens discursivas, ou seja, das transmissões semânticas cultural e socialmente realizadas pelos instrumentos da tecnologia discursiva (...). Essas revisões podem ser mudanças semânticas, neologismos semânticos, redenominações, reformulações etc., em suma, um conjunto de fenômenos de linguagem que produzirão efeitos transgressivos ou contraintuitivos num contexto no qual reine um acordo semântico (...). (PAVEAU, 2015, p. 237).

Esse acordo semântico deixa de existir quando da colocação em polêmica da designação fosfoetanolamina enquanto pílula do câncer por parte da mídia. É a partir desse deslizamento de sentidos que trazemos as análises para este artigo.

#### **4 Fosfoetanolamina - “pílula do câncer” - “pílula do barulho”: casos de desmemória discursiva**

Todo esse embate de sentidos, essa luta pela gestão da memória discursiva mostra-nos que, gradativamente, os discursos que dizem o acontecimento discursivo fosfoetanolamina, no âmbito do discurso científico, sofrem na grande mídia jornalística nacional um processo de denegação, de revisão de linhagem discursiva. Dito de outra forma, a palavra que dava nome ao acontecimento e, por conseguinte, o faria existir e reexistir, é substituída pela expressão “pílula do câncer”, como se pode ver nas figuras 2 e 3. Essa expressão inaugura um novo acontecimento discursivo que se dá para além das fronteiras do discurso científico. No entanto, esse discurso não some do espaço público, pois, paralelamente, nas redes sociais e nas ruas, as manifestações pela distribuição/liberação do composto se dão sempre por uma retomada do acontecimento fosfoetanolamina. Vejamos como esse discurso polêmico se dá.



Figura 5: Manifestação na Avenida Paulista \_reprodução jornal *El País*

A imagem de figura 5 é uma representação metonímica de tantas outras que circularam na mídia, nos últimos meses, para relatar manifestações que aconteceram no Brasil todo a favor da substância descoberta pelo pesquisador Gilberto Chierice. Tão interessante quanto a imagem, é a chamada para a notícia que ela compõe:

ESPAÑA | AMÉRICA | BRASIL | CATALUNHA
🔍

≡ EL PAÍS
BRASIL

## Após liberar pílula do câncer por pressão popular, Dilma é questionada no Supremo

Dilma sanciona lei que libera fosfoetanolamina, que estava em fase experimental para combater tumores

Médicos vão a Supremo Tribunal Federal questionar liberação antecipada

Figura 6: Notícia veiculada pelo jornal online El País.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> A notícia está disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/15/politica/1460726988\\_568520.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/15/politica/1460726988_568520.html)>. Acesso em: jul. 2016.

Na chamada da matéria publicada no Jornal *El País*, em 23 de abril de 2016, escrito pela jornalista Camila Moraes, não só a palavra *fosfoetanolamina* é retirada de cena, para dar lugar à “pílula do câncer”, como o jogo polêmico vai ganhando forma por meio de outros elementos e atores sociais que comporão distintas cenografias e desmemórias, construindo um outro acontecimento midiático.

A composição da figura 5 traz, na sua parte central, trajando uma blusa preta que mantém apenas um dos lados do seio coberto, uma mulher que mantém o outro lado do seio mastectomizado<sup>14</sup> nu e, inscrito na própria pele, nas cores azul e branca: “Foi preciso, mas foi necessário?” Ao fundo, é possível ver pessoas e cartazes, em um deles escrito *EM DEFESA DA FOSFOETANOLAMINA*, novamente, em cores azul e branca. Nos cantos inferiores da figura, há dois cartazes, segurados também por mulheres,<sup>15</sup> nos quais é possível ler: *TJ, STF E DESEMBARGADORES, VOLTEM ATRÁS NA DECISÃO DE SUSPENDER AS LIMINARES (...) FOSFOETANOLAMINA*.

As cores em azul e branco no corpo e nos cartazes remetem-nos à própria cor das cápsulas de fosfoetanolamina, e as palavras de ordem nos colocam no tempo e no espaço da discussão. A temporalidade da polêmica é tomada em dois momentos – o momento da publicação da notícia (abril de 2016) e a época em que a foto foi tirada (outubro de 2015), logo após a suspensão das liminares que davam direito aos pacientes de obter o composto. Na primeira cenografia, são trazidos dois atores para o enlace discursivo: representantes daquilo que poderíamos ligar ao que a matéria traz como *pressão popular* e, como seu Outro, os tribunais jurídicos.

Enunciando fosfoetanolamina, podemos dizer que, para além de simplesmente denominar o objeto que está sendo reivindicado, as manifestações de rua utilizam o discurso científico para balizar seus dizeres e legitimar sua causa, produzindo e retomando uma memória não só acerca da fosfoetanolamina, mas, principalmente, sobre o câncer e tudo o que ele envolve, traço que esteve presente também no artigo

---

<sup>14</sup> Que passou por uma mastectomia – excisão de parte total ou parcial da mama.

<sup>15</sup> O câncer de mama representa a segunda maior incidência no Brasil, perdendo apenas para o câncer de pele. Em 2015, foi responsável por quase 25% dos casos de câncer no país, o que corresponde a quase 58 mil pessoas. A maioria dos pacientes são mulheres, mas é possível que aconteça em mamas masculinas também.

trazido na figura 1. Amossy (2014) diz que é preciso olhar as emoções fortemente marcadas ou não nos discursos, pois elas significam mais que puras reações passionais. Ou seja, aquilo que poderia ser visto como argumento puramente emotivo, desnecessário e/ou prejudicial ao jogo argumentativo no espaço público, mostra-se imbricado à própria polêmica, não necessariamente produzindo-a, mas alimentando a dicotomia, a polarização e o desabono ao outro a que se contrapõe. Esse processo de utilização do *pathos* como estratégia no discurso polêmico, no caso aqui analisado, dá-se através de duas modalidades: a *acusação* e a *injunção*. A primeira, entendida como a utilização de um *pathos* marcado ao extremo para deflagrar a denúncia, tem como principal ícone a inscrição da denúncia no próprio corpo mastectomizado; a segunda utiliza uma menor marcação das emoções e traz argumentos para justificá-las: os cartazes são exemplos dessa estratégia menos marcada e onde se pode ver o outro a que se direcionam os argumentos. Com efeito, podemos dizer que vemos menos uma paixão descontrolada e mais uma *racionalidade da paixão* (AMOSSY, 2014).

Mas, como já foi dito, o litígio rastreado na imagem, que compõe a notícia, é apenas uma das modalidades que compõem o discurso polêmico acerca da mencionada substância no espaço público. Ao adentrarmos no campo verbal da notícia, vemos que esses atores e o próprio discurso científico são colocados em segundo plano para trazer à cena outros elementos e atores, ampliando a discussão e provocando efeitos de sentido que podem pender para uma disseminação do *dissensus* mediado pela mídia.

- (1) Após liberar pílula do câncer por pressão popular, Dilma é questionada no Supremo.
- (2) Dilma sanciona lei que libera fosfoetanolamina, que estava em fase experimental para combater tumores.
- (3) Médicos vão ao Supremo Tribunal Federal questionar liberação antecipada.

A figura 5, que poderia estar ali para legitimar o conteúdo da matéria ou, pelo menos, parte da manchete – *pressão popular* –, propõe uma discussão mais ampla, em decorrência das disputas que ali são postas. A troca, aparentemente uma simples referência para evitar repetição, de fosfoetanolamina, presente nos cartazes dos manifestantes, por “pílula

do câncer”, não pode ser entendida como algo fortuito, mas a instalação de posições antagônicas que serão essenciais para irrigar a polêmica e fazê-la circular. Sai-se de uma cena típica de notícia e importa-se uma outra cenografia para legitimar esse jogo de posições – a do debate. Os trechos de (1) a (3) intercalam-se e confrontam-se. Povo – governo – associação médica – juízes/tribunais são postos frente a frente em torno da mesma questão, como se estivessem em confronto, numa espécie de ringue público. Aos interlocutores não cabe apenas a leitura da notícia, mas a tomada de posição frente ao assunto transformado em polêmica pela mídia.

Nesse ponto, é possível constatar o funcionamento dos elementos argumentativos da polêmica dos quais Amossy (2014) nos fala: a *dicotomização* e a *polemização*. Assim, por um lado, *dicotomizam-se* os agentes sociais envolvidos na questão, posicionando-os em lados antagônicos; por outro, a partir da realocação antagônica desses agentes, instaura-se a polêmica, construindo-se um outro acontecimento discursivo: desta vez o da “pílula do câncer”. Constrói-se, desse modo, o simulacro de uma grande arena de lutas em que todos os envolvidos são postos em confronto pela mídia.

Nas matérias em análise, percebemos que o discurso científico não é balizado por si mesmo, isto é, não se trata da comunidade científica avaliando, por exemplo, o poder curativo do composto inventado por Chierice, mas da mídia, com o suposto argumento do interesse público, parasitando esse espaço da ciência, uma vez que esse discurso sai do campo da discussão do espaço científico, pensado como uma discussão científica, e passa a vagar, principalmente, nos meandros de outros gêneros, evocando outros discursos para o diálogo. Para retomar as palavras iluminadas de Amossy (2014), haveria um *polilogo*, para muito além do diálogo. O foco, que aparentemente deveria estar na própria descoberta ou, então, no pesquisador e no grupo que possibilitaram essa descoberta, passa a ser uma ponte discursiva para que outras questões, ainda que ligadas a essas duas primeiras, possam também circular, como é o caso da manchete da figura 3.

Essa primeira análise nos indica, portanto, que o que poderia parecer um tumulto desordenado de vozes sobre a fosfoetanolamina, uma espécie de feira livre de posicionamentos em que todos ali teriam, ao mesmo tempo, o direito de se manifestarem, revela-se, paradoxalmente bem regular, mostrando-nos que a polêmica, como conjunto de

antagonismos, implica uma produção discursiva que dicotomiza os atores envolvidos e, no mesmo processo, engendra o dissenso enquanto um acontecimento midiático (AMOSSY, 2014), denegando o acontecimento primeiro, a partir de uma hierarquização de vozes. Se por um lado ao se falar fosfoetanolamina insere-se numa determinada posição, engendrando uma determinada memória sobre a substância, ligada fortemente ao discurso científico, por outro, ao se falar “pílula do câncer”, os sentidos engendrados nos trazem uma aporia discursiva, visto que se aproxima do discurso científico para poder fazer existir a discussão, ao mesmo tempo em que se distancia dele para o (re)dizer e fazer circular outros atores e instalar a polêmica.

À primeira vista, opiniões antagônicas podendo usufruir do mesmo espaço, como se tivessem o mesmo peso, gera a sensação de que a mídia democratiza o espaço público, no qual pululam essas diferentes vozes, cada uma com suas estratégias. Mas, quando observados os efeitos de sentido, que esses encontros produzem no espaço midiático, vemos que os discursos que circulam, tomados por seus agentes, traduzem o outro, como diz Maingueneau (2008), a partir de suas próprias posições, ou seja, o outro é trazido sempre como simulacro. Segundo o autor, “nesse domínio, manter a própria identidade e definir a priori todas as figuras que o Outro pode assumir é uma só e mesma coisa, entretanto, o discurso novo ou simplesmente o discurso contrário assim integrados não podem se acomodar a tal tradução de sua identidade” (MAINGUENEAU, 2008, p.105).

É a partir desse ponto que adentramos a segunda análise, referente à construção do simulacro e da desqualificação do outro, terceiro elemento da modalidade argumentativa da polêmica, ponto em que, segundo Amossy (2014), podemos compreender o grau de violência<sup>16</sup> na interação face a face dos discursos opostos.

---

<sup>16</sup> Para a autora, a violência tem um papel importante na polêmica, pois, fundada pelo conflito, é por meio dela que podemos ver a interação face a face dos sujeitos antagônicos, os quais trazem o outro para desqualificá-lo, desconstruir seu *ethos*; trata-se de uma interação dialogal. Todavia, por ser necessária, não pode ser entendida como uma violência verbal ou nos corpos, como já foi mencionado na parte teórica deste artigo.

**PÍLULA DO BARULHO**

Em votação apertada, o STF suspende a circulação da “pílula do câncer”, criada por um químico exótico e avesso a entrevistas, mas não interrompe a crença que se disseminou em torno da droga – a de que se trata de uma substância milagrosa

NATALIA CUMINALE

**“E**sse homem é um deus.” É assim, com essa saudação divina, que o químico Gilberto Chierice, de 72 anos, tem sido chamado por muitos doentes. Um deus. Um deus meio exótico, matuto, que segura um cigarro de palha apagado entre os dedos, ignora os plurais e foge da imprensa. Chierice é o criador da fosfoetanolamina sintética. Esse palavra de dezesseis letras designa o que popularmente tem sido chamado de “pílula do câncer”. (Chierice, em vez de pílula, diz “pírua”) Nos últimos anos, dezenas, centenas, talvez milhares de famílias, movidas por uma esperança infinita, foram até o Instituto de Química da Universidade de São Paulo, na cidade de São Carlos, no interior paulista, pegar uma “pílula do câncer”. Ali, no instituto, as famílias recebiam o medicamento de graça das mãos de um senhor de cabelos despenteados, de calça jeans e camisa polo por vezes surrada. Sentado em um canto da sala, diante de uma pequena mesa cuidadosamente bagunçada, Chierice entregava a droga pessoalmente, como quem distribui um bilhete de loteria, um ingresso para o sonho, uma senha para a cura.

Na quinta-feira passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) confiscou a senha para a cura ao suspender a lei que libera a fabricação, o porte e o uso da fosfoetanolamina sintética. “O fornecimento de medicamentos, embora essencial à concretização do Estado Social de Direito, não pode ser conduzido com o atropelo dos requisitos mínimos de segurança para o consumo da população”, argumentou o ministro Marco Aurélio Mello, relator do caso. “É no mínimo temerária – e potencialmente danosa – a liberação genérica sem a realização dos estudos clínicos correspondentes.” Ou seja: sem cumprir todo o protocolo científico, a pílula não pode ser liberada para consumo. Seis ministros concordaram com a tese, mas outros quatro discordaram dela. A decisão, no entanto, é apenas liminar. Até que o julgamento do mérito ocorra, o

TV TOQUE NO ÍNDICE PARA LER O TEXTO DESTA REPORTAGEM

26 DE MAIO 2016 77

Figura 7: Primeira página da reportagem sobre a fosfoetanolamina, Revista *Veja*.

A notícia da figura 7, de autoria da jornalista Natália Cuminale (*Veja*, 21/05/2016), já em seu título, “Pílula do barulho”, mostra-nos a designação da pílula não mais como a pílula do câncer e, sim, por meio da locução adjetiva “do barulho”, através da qual é possível trazer à lume a trilha interdiscursiva da polêmica. Nessa matéria, o substantivo “barulho” representa metonimicamente todo o dissenso

construído acerca do composto. Se nas matérias anteriores, levando-se em consideração os artigos veiculados nas redes sociais e na grande mídia, havia uma flutuação em termos de designação da pílula, ora pelo seu nome científico fosfoetanolamina, ora por “pílula do câncer”, aqui a polêmica, já legitimada no espaço público, ao ser designada como “pílula do barulho”, apagando as razões e, sobretudo, quem seriam os agentes sociais causadores desse barulho, apresenta-se como um acontecimento discursivo distinto dos anteriores, acontecimento discursivo esse que se legitima, principalmente, pela desqualificação do outro (AMOSSY, 2014).

Temos, logo abaixo da designação:

- (3) Em votação apertada, o STF suspende a circulação da “pílula do câncer”, criada por um químico exótico e avesso a entrevistas, mas não interrompe a crença que se disseminou em torno da droga – a de que se trata de uma substância milagrosa.

No trecho (3), “pílula do câncer” parece estar ligada diretamente à designação anterior – *do barulho* – e, por extensão, ao posicionamento que ela representa. Entretanto, no decorrer do texto vemos que, para além disso, a retomada se dá por meio de um rebaixamento do valor científico que o composto possui, a ponto de ser caracterizada como algo da ordem do sobrenatural – *substância milagrosa*. A construção do *ethos* de seu inventor como um *químico exótico* poderia soar inclusive como uma característica singular positiva, mas, no percurso da leitura do artigo escrito pelo enunciador jornalista, vemos que essa construção coloca em xeque os dois objetos do dizer: o sujeito pesquisador (com as características aventadas: exótico, matuto etc.), que é posto em questão quanto à responsabilidade pela descoberta de algo tão importante para o campo das ciências médicas; e a própria descoberta (*milagrosa*), produzindo-se um efeito de dúvida se ela poderia ser reconhecida como científica.

Em outras palavras, ao longo de toda a matéria, o criador da fosfoetanolamina, Professor Doutor Gilberto Chierice é alçado à condição de deus, todavia “um deus meio exótico, matuto que segura um cigarro de palha entre os dedos, ignora os plurais e foge da imprensa (...) (Chierice em vez de pílula, diz ‘pírua’)”, ou ainda que “Chierice entregava a droga pessoalmente, como quem distribui um bilhete de loteria, um ingresso

para o sonho, uma senha para a cura”. Essa descaracterização, como já dissemos antes, que de um ponto de vista lógico não teria implicação direta no tocante à descoberta do pesquisador, é o argumento arrolado pela jornalista para mostrar que tal descoberta não deveria ser digna de credibilidade junto à população. Esse argumento falacioso, centrado no imaginário social de que o cientista não poderia ser um sujeito simples, que fuma cigarro de palha e não fala de acordo à variedade padrão do português, silencia, por um lado, o feito científico do Professor Chierice e, por outro, desqualifica o próprio cientista criador do composto. Maingueneau nos ajuda a pensar sobre esse funcionamento discursivo, quando nos diz que se

até o momento, vimos essas “ameaças” apenas do ponto de vista de sua relação com a semântica discursiva: o discurso responderia ou denunciaria lá onde detecta um ponto-chave. Mas polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente o erro, colocar o adversário em situação de infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável (...). Trata-se, nesse caso, de desqualificar o adversário mostrando que ele viola as regras do jogo (...). Por esse caminho, tenta-se tirar do enunciador seu direito à palavra, independentemente de todo conteúdo (MAINGUENEAU, 2008, p.110). (grifos nossos).

O conector parafrástico, *ou seja*, que introduz a sequência “sem cumprir todo o protocolo científico, a pílula não pode ser liberada para consumo”, mobilizado pela jornalista logo após a retomada da fala do ministro do STF, Marco Aurélio Mello, quando explica a sua determinação acerca da questão: “é no mínimo temerária e – potencialmente danosa – a liberação genérica sem os estudos clínicos correspondentes”, reforça a tese da pouca cientificidade do estudo produzido pelo professor Gilberto Chierice e, no mesmo processo, a credibilidade do próprio cientista. Aqui, criador e criatura são disforizados pela jornalista. Essa desqualificação se ancora no discurso do Ministro do STF, que alerta, de maneira modalizada, sobre a necessidade de realização de mais estudos antes da liberação genérica do composto.

No entanto, essa ancoragem realizada pela jornalista apaga a oração intercalada produzida pelo Ministro – potencialmente danosa – que modaliza os supostos efeitos danosos da substância para o consumo

humano. As restrições semânticas do discurso da jornalista “traduzem”, sob suas próprias categorias interpretativas, isto é, a partir da sua formação discursiva, as identidades não aceitáveis que recobrem os sentidos do discurso Outro, no caso o seu Outro, qual seja, o discurso do Ministro do STF. Essa “tradução”, que silencia a modalização empregada pelo Ministro – “potencialmente danosa” –, é deslocada para produzir uma nova memória acerca da substância e do pesquisador, ligada sempre à pouca cientificidade do composto.

É interessante observar que, mais à frente, na figura 8, ainda no mesmo artigo (p.80), vemos a jornalista por meio da polemização usar o próprio discurso científico para legitimar a sua grade de sentidos, ainda que aparentemente traga em destaque uma fala positiva sobre o pesquisador da USP.



Figura 8: Reportagem sobre a fosfoetanolamina, Revista *Veja*.

Vemos que as posturas, as vestimentas e as palavras ditas pelos três pesquisadores trazidos pela jornalista são diametralmente opostas à imagem que foi feita do pesquisador químico do IQSC, em vez *cabelos despenteados, calça jeans e camisa polo por vezes surradas*, temos jalecos ou paletó, camisa social e gravata, cabelos bem penteados. Esse ethos semiotizado poderia ser posto de forma secundária, quando olhamos para o verbal (4) que vem em destaque nessa página, porém, como estamos tratando do jogo polêmico, analisando como discursivamente ele vai se construir, é preciso entender que “polemizar no interior de certo campo é apresentar-se implicitamente como aceitando os pressupostos que lhes são associados” (MAINGUENEAU, 2008, p.110).

(4) Há na trajetória de Chierice uma história de grande sucesso.

Ao nos debruçarmos sobre a materialidade linguística desse excerto, vemos que o que é elogiado é a história do pesquisador, de uma forma geral, já reconhecida em outros lugares,<sup>17</sup> porém, quando, no corpo do texto, o assunto polemizado é retomado, a presença do conector *apesar de* – em “mesmo em relação à fosfoetanolamina, e apesar da falta de transparência no seu trabalho, há algumas boas referências” (grifo nosso) – insere uma hierarquia em relação aos sentidos ali presentes, novamente colocando em dúvida o trabalho do pesquisador e autorizando o discurso jornalístico a poder falar do (e pelo) discurso Outro, por meio de um simulacro, ou seja, o pesquisador não fala na matéria, é falado, e o jogo, as lutas pelos sentidos e posições diante desse assunto são silenciados e postos como algo dado à priori, produzindo um efeito de “consenso” acerca do que se pensa sobre a descoberta, a produção e a liberação do composto. A retomada do que poderia ser entendido como uma memória eufórica da vida intelectual do pesquisador químico da USP mostra-nos justamente o funcionamento daquilo que Amossy (2014) chama de *desqualificação do outro*, tomando-o, ainda que numa aparente

---

<sup>17</sup> Por exemplo, a reportagem na revista *Superinteressante*, de janeiro de 1996, que trouxe o professor Dr. Gilberto Chierice, na posição 46, como um dos cem motivos de orgulho da ciência brasileira. À época, o pesquisador foi homenageado por outra descoberta – o plástico natura, o qual pode ser utilizado em próteses e recomposição de ossos. A matéria está disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/nossos-cientistas-100-motivos-para-se-orgulhar-da-ciencia-brasileira>>. Acesso em: jul. 2016.

positividade, para desconstruí-lo por meio do jogo argumentativo, pressupondo a pergunta: *São ou não Chierice e a fosfoetanolamina sintética dignos de credibilidade?*

## **5 Por um efeito de fim: algumas breves conclusões**

Nosso objetivo, neste artigo, foi o de tentar mostrar o papel da mídia na construção de polêmicas e como essas polêmicas podem fabricar os mais distintos acontecimentos discursivos, no caso aqui arrolado acerca da fosfoetanolamina sintética. Para tanto, frequentamos analiticamente um breve arquivo de notícias sobre tal substância, mobilizando, sobretudo, os trabalhos de Ruth Amossy (2014), Dominique Maingueneau (2008) e Marie-Anne Paveau (2015). Esses autores, como dissemos na introdução, embora militem em diferentes meandros discursivos, têm como empreendimento intelectual comum a busca pela compreensão dos processos discursivos, que permitem a adesão dos destinatários a uma certa ideologia.

As nossas primeiras análises indicam que a mídia, ao transformar em polêmica determinados assuntos que circulam no espaço público, à luz do suposto interesse coletivo e a partir da encenação de confronto entre diferentes atores sociais, colocando-os em posições antagônicas e também desqualificando-os, apesar da aparente desordem discursiva, instaura a ordem da polêmica como regular. Em outros termos, apesar de esse fenômeno se apresentar como uma aparente desordem discursiva, na qual os atores sociais se digladiariam para defender o interesse público, vemos, ao contrário, um funcionamento ordenado do jogo polêmico no espaço público, construindo a polêmica como uma modalidade argumentativa que vai gerir e fomentar (des)memórias, desacordos semânticos no espaço midiático, com o objetivo de interferir diretamente na formação da opinião pública.

Sobre o caso que trouxemos para mostrar esse funcionamento, a partir da denegação dos discursos sobre a fosfoetanolamina, revisando-os ora como “pílula do câncer”, ou ainda na sua forma mais disfórica como “pílula do barulho”, vemos, principalmente, o engendramento de dois acontecimentos discursivos, os quais, por um lado, colocam em xeque a cientificidade dos trabalhos do Professor Dr. Gilberto Chierice do Instituto de Química da USP-São Carlos/SP, silenciando seu renhido e longo trabalho de pesquisa acerca da fosfoetanolamina e,

por outro, engendram um acontecimento negativo acerca da imagem não só do Professor Chierice, mas também do que se deveria tomar como próprio da ciência, no caso aqui analisado da ciência brasileira, a qual é construída pela mídia por meio de um simulacro que determina como a “ciência” deve ser e como seus representantes (os cientistas) devem se comportar e se vestir. Essa imagem negativa da ciência brasileira, em última análise, sem nenhum tipo de proselitismo político, produz, no nosso entendimento, muito capital simbólico e material, sobretudo para os grandes laboratórios farmacêuticos nacionais e internacionais.

## Referências

- AMOSSY, R. *Apologie de la polémique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FERREIRA, A. K. *et al.* Synthetic phosphoethanolamine induces cell cycle arrest and apoptosis in human breast cancer MCF-7 cells through the mitochondrial pathway. *Biomedicine & Pharmacotherapy*, v.67, p.481-487, 2013.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes: 1999. (Coleção tópicos).
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 20.ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da Enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- MAINGUENEAU, D. *Gêneses dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.
- PAVEAU, M-A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad. Ivone Benedetti. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2015.

## Anexos

### Matérias veiculadas de fevereiro a agosto de 2016

“As alegações são infantis”, afirma criador da pílula do câncer, sobre a baixa eficácia apontada em testes (*Diário Catarinense*, 1/08/2016). Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2016/08/as-alegacoes-sao-infantis-afirma-criador-da-pilula-do-cancer-sobre-a-baixa-eficacia-apontada-em-testes-7062836.html>>. Acesso em: ago. 2016.

Pílula do câncer: o fim da polêmica? (*IstoÉ.com*, 03/06/2016). Disponível em: <<http://istoe.com.br/pilula-do-cancer-o-fim-da-polemica/>>. Acesso em: jul. 2016.

Primeiros testes de “pílula do câncer” são pouco animadores, dizem médicos (*Uol.com*, 03/06/2016). Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2016/06/03/testes-feitos-ate-agora-com-fosfo-nao-justificam-remedio-para-cancer.htm>>. Acesso em: jul. 2016.

Novo teste aponta que ‘pílula do câncer’ retarda tumor de pele (*folha.com*, 02/06/2016). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/06/1777318-novo-teste-aponta-que-pilula-do-cancer-retarda-tumor-de-pele.shtml>>. Acesso em: jul. 2016.

Pílula do câncer já é produzida? Quem pode tomar? Tire suas dúvidas (*Uol.com*, 25/04/2016). Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/listas/pilula-do-cancer-ja-e-produzida-quem-pode-tomar-tire-suas-duvidas.htm>>. Acesso em: jul. 2016.

Pílula do câncer é ineficaz, mostram novos testes (*Estadao.com*, jul. 2016). Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,pilula-do-cancer-e-ineficaz-mostram-novos-testes,10000054523>>. Acesso em: jul. 2016.

Alckmin anuncia início de testes da ‘pílula do câncer’ em humanos (*Folha Uol*, 21/07/2016). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2016/07/1793981-alekmin-anuncia-inicio-de-testes-da-pilula-do-cancer-em-humanos.shtml>>. Acesso em: jul. 2016.

E-mails revelam negociações de Gim Argello sobre pílula do câncer (*Correio Braziliense*, 12/06/2016). Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/06/12/internas\\_polbraeco,535969/e-mails-revelam-negociacoes-de-gim-argello-sobre-pilula-do-cancer.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/06/12/internas_polbraeco,535969/e-mails-revelam-negociacoes-de-gim-argello-sobre-pilula-do-cancer.shtml)>. Acesso em: jul. 2016.

‘Tomo a pílula do câncer desde 2005’, diz pesquisador (*Estadão.com*, 25/03/2016). Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,tomo-a-pilula-do-cancer-desde-2005--diz-pesquisador,10000023098>>. Acesso em: maio julho de 2016.

USP quer cancelar aposentadoria de criador da ‘pílula do câncer’ (*Notícias Uol*, 12/07/2016). Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,usp-pode-cancelar-aposentadoria-de-criador-da-pilula-do-cancer,10000062443>>. Acesso em: jul. 2016.

Senado aprova projeto de lei que libera uso da ‘pílula do câncer’ (*Estadão.com*, 22/03/2016). Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,senado-aprova-projeto-de-lei-que-libera-uso-da-pilula-do-cancer,10000022712>>. Acesso em: jul. 2016.

Projeto que autoriza produção e uso de ‘pílula do câncer’ avança no Congresso (*Folha Uol*, 08/03/2016). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2016/03/1747840-projeto-que-autoriza-producao-e-uso-de-pilula-do-cancer-avanca-no-congresso.shtml>>. Acesso em: ago. 2016.

Como a lei da ‘pílula do câncer’ uniu Congresso dividido e foi aprovada em tempo recorde (*BBCBrasil.com*, 19/05/2016). Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36328587>>. Acesso em: jul. 2016.

Fosfoetanolamina: Dilma sanciona lei que libera ‘pílula do câncer’ (*Gl.com*, 14/04/2016). Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/04/para-evitar-desgaste-dilma-sanciona-lei-que-libera-pilula-do-cancer.html>>. Acesso em: jul. 2016.

Pesquisador autoriza laboratório de Cravinhos a produzir ‘pílula do câncer’ (*Gl.com*, 08/06/2016). Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/06/pesquisador-autoriza-laboratorio-de-cravinhos-produzir-pilula-do-cancer.html>>. Acesso em: jul. 2016.

Caso como o da ‘pílula do câncer’ prejudica o país, diz diretor da Anvisa (*Gl.com*, 01/05/2016). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1766592-caso-como-o-da-pilula-do-cancer-prejudica-o-pais-diz-diretor-da-anvisa.shtml>>. Acesso em: jul. 2016.

Duas visões: a ‘pílula do câncer’ deve ser liberada no Brasil? (*BBCBrasil.com*, 09/05/2016). Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36328946>>. Acesso em: jul. 2016.